



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

**Reunião de Análise da Estratégia do TRT5 e outros assuntos pertinentes, com os membros do Comitê de Gestão Estratégica e Participativa - CGEP.**

**ATA DE REUNIÃO**

Local	Data	Horário
Videoconferência	24/11/2020	Das 10h às 12h11min

• Participantes	
Desembargadora Dalila Nascimento Andrade	Presidente do TRT5
Juiz André Oliveira Neves	Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional
Juíza Andréa Presas Rocha	Juíza Auxiliar da Presidência, Supervisora do CEJUSC 1 e Coordenadora da Execução e Expropriação
Juiz Firmo Ferreira Leal Neto	Juiz Auxiliar da Presidência e Gestor de Metas
Juíza Karine Andrade Britto Oliveira	Juíza Supervisora do CEJUSC 1 e Auxiliar do CEJUSC 2
Aldemaro Sena Gomes Jr.	Diretor da Secretaria de Organização e Métodos
Carlos Alberto Marinho dos Santos	Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
Caroline Oliveira Guimarães Andrade	Diretora da Secretaria de Administração
Dinea Almerinda Lessa dos Anjos Santos	Secretaria de Coordenação Judiciária de 1ª Instância
Elisa Macedo Lessa	Diretora da Corregedoria Geral
Érica Cristina Dórea Rossiter Tavares	Diretora da Secretaria de Informática
Erman Mota Barbosa Dias	Secretaria de Gestão Estratégica
Jorge Alberto Valois de Miranda	Chefe de Núcleo da Vice-Corregedoria Regional
Josemar Arlego Paraguassu Júnior	Diretor da Secretaria de Comunicação
Lílian Campos de Brito	Secretária-Geral Judiciária
Maísa Oliveira Lago dos Reis	Secretária-Geral da Presidência
Márcia Bandeira Lerner	Diretora da Coordenadoria de Saúde
Márcio Fernando Ribeiro da Silva	Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
Márcio José Pinto da Silva	Secretaria de Gestão Estratégica
Maria das Graças Lima Brandão	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas
Paulo Jorge Araújo de Carvalho	Diretor da Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância
Tarcísio José Filgueiras dos Reis	Diretor-Geral



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

--	--

• **Temas a serem tratados**

- a. Apresentação de dados estatísticos
- b. Resultados das Metas 2020
  - i. Área Fim (metas judiciais)
- c. Novo ciclo do Plano Estratégico
  - i. Resolução CNJ 325/2020
- d. Projetos Estratégicos
- e. Proposta de Metas 2021

• **Itens para análise e deliberação**

Dando início à reunião, Dra. Dalila citou que esta é uma das reuniões mais importantes do nosso Regional, por tratar da estratégia, da análise do que estamos fazendo e quais serão os próximos passos. A seguir, passou a palavra ao Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Márcio Fernando, que iniciou os trabalhos apresentando os temas a serem tratados na reunião: Apresentação dos dados estatísticos, dos resultados das Metas 2020, dos projetos estratégicos, principalmente dos 2 gargalos atuais da Justiça, a retomada e o digitaliza e do novo ciclo do Plano Estratégico, com a deliberação das metas propostas para 2021, que serão tema do Encontro Nacional do Poder Judiciário. Continuou sua apresentação mostrando a evolução dos casos novos no período de 2014 a 2019. Usando a mesma metodologia do CNJ, que soma os processos nas fases de conhecimento e de execução, chamando-os de casos novos, temos em 2019, um aumento no 1º Grau, em relação ao ano de 2018 (11.451 casos novos), enquanto no 2º Grau houve uma redução no mesmo período (5.943 casos novos). Complementou, informando que mesmo com esta pequena redução, o número de casos por magistrado continua muito alto no 2º Grau, com 1.672 processos (valor acima da média da Justiça do Trabalho, 1.363 processos), enquanto no 1º Grau o número é de 463 processos (valor abaixo da média da Justiça do Trabalho, 550 processos). Prosseguiu com a apresentação dos dados estatísticos, mostrando que, na data da Reforma Trabalhista, em 11/11/2017, tivemos o pico de processos pendentes do primeiro julgamento no 1º Grau, com 108.016 processos, enquanto no 2º Grau, a pendência era de 35.107 processos. Em julho/2020, pela primeira vez, o nosso no 2º Grau teve mais processos pendentes de primeiro julgamento que o 1º Grau. Foram 49.721 processos no 2º Grau e 47.625, no 1º Grau. Assim, todo o trabalho efetuado no 1º Grau, com a atuação da Corregedoria e com a implantação da ferramenta BI de gestão judiciária, provocou uma redução de 60.391 processos. Essa foi a foto em julho/2020, analisada na última RAE. A partir desta data, o 2º Grau estabilizou no SAMP (processos físicos), com cerca de 4.000 processos pendentes, sendo 1.500 em diligência e no MPT. Por outro lado, no PJE o número de processos tem crescido de forma muito intensa, com um incremento de quase 9.000 processos nos últimos meses, totalizando, 54.463 processos pendentes, em novembro. A boa notícia, é que desde setembro, o número de casos solucionados é maior do que os distribuídos, em razão até da diminuição de insumos (sentenças) no 1º grau. A tendência de queda no número de casos novos no 2º foi percebida após o pico em junho, onde tivemos 8.622 processos distribuídos (cerca de 90 processos por semana para cada gabinete), chegando em novembro, com cerca de 30 processos por semana, para cada gabinete. No 1º Grau, após a grande queda



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

sofrida no ano de 2018, após a Reforma Trabalhista (73.895 processos, contra 133.782 no ano de 2017), tivemos uma leve recuperação no ano de 2019 (86.332), mas em razão da pandemia, principalmente no interior, observamos uma diminuição impactante no número de casos novos, com 51.360 processos até o momento. No 1º Grau, o número de processos pendentes sofreu um pequeno aumento em relação ao mês de julho/2020, apenas 7,74%, saímos de 47.625 para 51.314 processos em novembro, em razão sobretudo, da falta de audiências de instrução neste período de pandemia. Por isso a importância da estratégia, com reuniões quadrimestrais, para identificação e tomada de medidas para solução dos problemas. Notem que em abril, tivemos somente 37 audiências e chegamos em novembro, com quase 4.200 audiências, desafogando o 1º Grau e aumentando o número de processos conclusos para julgamento. Assim, logo no início de 2021, esse pequeno acréscimo de processos pendentes (3.659) será debelado. Devemos ficar atentos somente com o possível aumento de casos, em razão do fim do pagamento do auxílio emergencial. Pois temos um número muito grande de desempregados. Concluímos então, que a Justiça Trabalhista sofreu 2 impactos negativos, que contribuíram para a redução de casos novos no 1º Grau: a Reforma Trabalhista em novembro/2017 e a pandemia, a partir de março/2020. Desta forma, o Tribunal, principalmente a partir de março, buscou implementar novas formas de trabalho, colocando quase 100% de sua mão-de-obra em teletrabalho, o que somente foi possível com o PJe e com a implantação da gestão judiciária, através do BI. Ferramenta fundamental para gerenciamento da produtividade. Assim, novos painéis foram construídos para identificação dos pontos fracos em cada unidade. Com isso, verificamos que o Tribunal conseguiu não somente manter seu nível de serviço nas áreas administrativas e judiciárias, mais aumentou, quando comparada ao período presencial. São entre 60 a 65 mil atos por dia útil. Fez ainda uma comparação com os outros Tribunais do Trabalho, demonstrando que o nosso Regional está com um fluxo de trabalho excelente, ficando em 7ª posição em número de sentenças/acórdãos (156.152), em decisões interlocutórias (132.704), em despachos (564.742) e em movimentos realizados (5.966.727) e em 4ª, na disponibilização de recursos para o combate à pandemia do Covid-19 (R\$13.185.312,22). O nosso Regional foi um dos poucos que conseguiram aumentar a produtividade, fato que Márcio Fernando credita ao Sisdiv. Em relação à obrigação de dar, foram liberados aos jurisdicionados, através de alvarás, durante o teletrabalho, o montante de R\$1.558.525.849,00, de um total de R\$1.937.318.188,73 em 2020, ou seja, uma média de R\$9,4 milhões por dia útil. O que demonstra nossa efetividade e nosso compromisso com a sociedade. Passaremos agora à análise das Metas Nacionais de 2020 e seus resultados até outubro:

- ✓ Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente – Cumprimento em 97%. O cumprimento dependerá dos lançamentos das sessões virtuais do 2º Grau.
- ✓ Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus – Cumprimento em 101%.
- ✓ Meta 3 – Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018 – Cumprimento em 85%. Meta extremamente difícil de ser cumprida, em razão da falta de liquidez do mercado. Mas destaco a grande melhora desta meta, em relação aos anos anteriores, principalmente porque estamos realizando audiências tele-presenciais.
- ✓ Meta 5 – Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente – Cumprimento em 137%. Foram mais de 10 mil processos baixados a mais do que iniciados.



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região



### Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

- ✓ Meta 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017, no 1º grau e até 31/12/2018, no 2º grau - Cumprimento de 106% no 1º Grau e de 96% no 2º (faltam apenas 2 processos pendentes).
- ✓ Meta 7 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior - Cumprimento em 139%.
- ✓ Meta 9 – Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU - Cumprimento em 100%. O Plano de ação já foi feito, encaminhado e aprovado pelo CNJ. Estamos na fase de identificação dos processos para envio às varas, para priorização. Será criado um painel no nosso Portal, com georreferenciamento, para identificação dos locais com mais acidentes de trabalho.
- ✓ Meta 10 – Realizar exames periódicos de saúde em 20% dos magistrados e 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior. Área que o TRT5 já possui grande expertise - Cumprimento em 100%.
- ✓ Meta 11 – Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil. Destaco que a meta já está cumprida (100%), pois faz parte da essência da JT. Meta que coroa o trabalho já realizado por essa Justiça Especializada.
- ✓ TMDP2 – Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância (Indicador 2.1 do nosso PE) - Meta nacional que mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo no Tribunal e o seu julgamento. Tem como meta reduzir o prazo médio de duração do processo, em 9%, em relação ao ano base de 2018. Nosso alvo é 267 dias. O grau de cumprimento está em 98% (269 dias).
- ✓ TMDP1 – Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª Instância – Fase de Conhecimento (Indicador 2.2) - Meta nacional que mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento da ação na Vara do Trabalho e a prolação da sentença. Tem como meta reduzir o prazo médio de duração do processo, em 4%, em relação ao ano base de 2018. Nosso alvo é 296 dias. O grau de cumprimento está em 102% (290 dias). É a primeira vez, desde 2010, que conseguimos bater esta meta. Ressaltou, entretanto, que nossos TMDP ainda sejam muitos altos.

Assim, chegamos em 24/11/2020, com um cumprimento médio de 99% das Metas Nacionais.

Em continuação, Márcio Fernando detalhou a situação dos principais Projetos Estratégicos:

- ✓ Estudo de migração para a nova sede – está em desenvolvimento e com a empresa já contratada. Informou que o trabalho de reestruturação da JT não terá qualquer impacto no programa de necessidades da nova sede. Liderado pela DG e Coordenadoria de Obras.
- ✓ Redesenhar os processos de trabalho para a 1ª e 2ª instâncias e área administrativa – Em desenvolvimento.
  - 2.1) Atualização de normas (Regulamento Geral) e normatização dos processos de trabalho – Em permanente desenvolvimento. É responsável pela constante atualização de processos e de normas, a exemplo do Regulamento de Secretaria, da Política de Privacidade de Dados Pessoais, em atendimento à LGPD. Feito por O&M.



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

2.2) Metodologia de Gestão de Processos, Riscos e Governança – Identificação de riscos, da cadeia de valor, ativos envolvidos e áreas críticas. Em processo de minuta. Executado por O&M, apoiado pela SGE e liderado pela DG.

- ✓ Adequar a infraestrutura física – Em andamento. Responsável pela aprovação do Plano de Obras. Feito anualmente. O deste ano já foi finalizado e enviado à Coordenadoria de Manutenção e Projetos. E já estamos trabalhando para o de 2021. Responsáveis: DG, SA, Obras, CMC e Cauri. Deliberação de continuidade.
- ✓ Implementar a Gestão por Competência – Em execução. Feito pelo CDP, unidade subordinada à Secretaria de Gestão de Pessoas. Márcio Fernando informou que integra equipe técnica multidisciplinar, montada pelo TST, para estudo de reestruturação da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Grau. E que o trabalho resultante impactará na nossa estrutura de pessoal;
  - 4.1) Desenvolver programa de capacitação de pessoas – Em andamento, com processo já instituído. Feito pela Escola Judicial, SGP e CDP.
  - 4.2) Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de acordo com as competências estratégicas – Consultoria finalizada e Processo instituído.
  - 4.3) Desenvolver o planejamento da força de trabalho em termo quantitativo – Em fase de execução, com estudo finalizado. Com foco nas Resoluções 219/2016, em razão da diferença entre as forças de trabalho nas 2 instâncias. Trabalho conjunto com SGP, O&M, SGE, Comitê de Priorização do 1º Grau, chefes de Gabinete e comissão dos Diretores.
- ✓ Desenvolver o planejamento orçamentário baseado nas orientações do Plano Estratégico – Feito anualmente, com participação da Presidência, DG, SOF e Comitê Orçamentário. Em desenvolvimento (Execução do orçamento 2020 e elaboração para 2021). Ressaltou a importância deste projeto na retomada das atividades presenciais.
- ✓ Implantar os projetos definidos pelo CNJ e CSJT – Em andamento.
  - 6.1) SIGEPE – Em andamento. Liderado por Projetos Especiais, com apoio da Administração.
  - 6.2) CEJUSC – Já implantado no 2º Grau (Cejusc2) e nas Varas da capital (Cejusc1). A expansão para as varas do interior foi suspensa, em razão da pandemia.
- ✓ Desenvolver projeto para racionalização de recursos – Em andamento. Trabalho conduzido pela DG e Núcleo Socioambiental. Márcio Fernando destacou o recente normativo suspendendo a compra de copos descartáveis.
- ✓ Desenvolver programas de qualidade de vida para magistrados e servidores – Em andamento. Conduzido pela Seção de Qualidade de Vida, em parceria com diversos outros setores, a exemplo da Coordenadoria de Saúde, após a implantação do PCMSO, que transformou em processo o exame periódico. PPRA já finalizado, mas em processo de atualização, principalmente com a implantação o SIGEPE e com o estudo da retomada. Informou ainda, que mesmo com a pandemia o periódico continua sendo realizado por tele-medicina ou por questionário on-line, com participação até o momento de 85% dos servidores e apenas 5% dos magistrados.
- ✓ Gestão Judiciária (Business Intelligence) – Temos já implantados no 1º Grau e na Corregedoria (iGEST). Em desenvolvimento, temos a gestão para o 2º Grau e o ieCON.



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

- ✓ Garimpo (pesquisa de recursos financeiros) – Em andamento. Conduzido pela Corregedoria. Tem como objetivo identificar valores altos, em processos trabalhistas arquivados, para entrega às partes beneficiadas. Foi ampliado com o novo projeto PJe-Cor.
- ✓ Videoconferência (SISDOV) – Já finalizado. Conduzido por O&M, com participação da Setic. Sistema de fundamental importância neste período de pandemia.
- ✓ Projeto Digitaliza - CCLE – Conduzido por Projetos Especiais, com apoio da SGE. Dará fim ao 2º gargalo da nossa Justiça, que são os processos físicos. Já foram digitalizados, 7.219 dos 41.000 volumes de processos físicos, o que representa 17,35% do total. Com isso, dentro em breve, teremos o cumprimento da proposta de meta nacional: Digitalizar 100% dos processos.
- ✓ Hackaton e laboratório de inovação (AI – Artificial Intelligence) – O Hackaton foi suspenso, em razão da pandemia. Entretanto, o laboratório de inovação (ainda sem nome definido) tem diversas iniciativas conduzidas por Dr. Firmo e pela diretora da Setic, Érica.

Outro projeto que entrará neste rol, será a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. O plano de ação, elaborado pela SGE, já foi enviado, em cumprimento ao prazo determinado. Falta a definição do gerente do projeto.

Em seguida, explanou sobre o Plano de Retomada, iniciado com o plano-piloto em Salvador, no dia 21 de setembro. Exaltou o sucesso do plano liderado pela Diretoria Geral e Presidência, após pouco mais de 2 meses da sua implantação, sem qualquer caso de contaminação pelo Corona Vírus e com amplo feedback positivo dos servidores, magistrados e advogados. O Protocolo de Crise em razão do Covid-19 foi estruturado em 6 eixos temáticos:

- ✓ Eixo 1. Gestão de Pessoas e Saúde
- ✓ Eixo 2. Segurança no Ambiente de Trabalho
- ✓ Eixo 3. Tecnologia da Informação
- ✓ Eixo 4. Orçamento e Finanças - Lembrou que a retomada foi viabilizada pela economia gerada e citou fala anterior da Presidente sobre a mudança da Justiça do Trabalho após a pandemia, já que alavancamos ações que levariam anos, em pouquíssimo tempo.
- ✓ Eixo 5. Comunicação Institucional – Ressaltou o avanço alcançado nesta área.
- ✓ Eixo 6. Governança, Gestão Estratégica e Gestão de Riscos – Destacou a transparência.

Citou ainda, as fases de transição do Plano:

- ✓ Preliminar - Atendimento exclusivamente remoto. Proibição de acesso de servidores, magistrados, advogados e público em geral.
- ✓ Fase 1 – Atendimento preferencialmente remoto. Equipes com, no máximo, 30% do quadro atuando presencialmente. Audiências e sessões de julgamento preferencialmente virtuais ou tele presenciais, com possibilidade de realização de audiência de instrução de forma presencial. É o caso do fórum de Salvador.
- ✓ Fase 2 - Atendimento preferencial remoto. Equipes com pelo menos 50% dos servidores atuando remotamente. Possibilidade de realização de audiências e sessões de julgamento presenciais.



### Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

- ✓ Fase 3 - Atendimento preferencial remoto. Possibilidade de atendimento presencial agendado. Equipes com pelo menos 30% dos servidores atuando remotamente. Possibilidade da realização de audiências e sessões de julgamento presenciais.
- ✓ Fase 4 - Atendimento presencial. Retorno das equipes e retomada do teletrabalho nos limites fixados pelo CNJ e CSJT. Audiências e sessões de julgamento presenciais. Lembrou da formalização do grupo de risco, através de Proad específico destinado à Coordenadoria de Saúde.
- ✓ Final – Final das fases de transição.

Todo o projeto está especificado no Ato Conjunto GP/CR nº 12/2020 e será implementado nas 32 jurisdições, separadamente, de acordo com a análise dos dados científicos, acompanhados diariamente por ele:

- 1) Evolução de casos novos.
- 2) Evolução de óbitos por COVID.
- 3) Existência de vaga em rede hospitalar.

Informou ainda, sobre a situação da pandemia na Bahia, citando dados estatísticos, de algumas sedes de jurisdição, bem como a tendência de evolução do vírus.

Continuando, Márcio Fernando detalhou os macrodesafios aprovados para o Planejamento Estratégico para 2021/2026, sob a perspectiva da Sociedade: Garantia dos direitos fundamentais e fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade. Sob perspectiva dos Processos Internos: Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais; Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos; Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios; Promoção da sustentabilidade; Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal (que não faz parte do nosso segmento de Justiça) e Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária. Sob a perspectiva do Aprendizado e Crescimento: Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira e Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados. Trouxe ainda outros itens já aprovados para o Poder Judiciário, contidos na Resolução CNJ 325/2020:

- ✓ Missão – Realizar Justiça.
- ✓ Visão - Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a participação social e o desenvolvimento do país.
- ✓ Valores – Acessibilidade, Agilidade, Credibilidade, Eficiência, Ética, Imparcialidade, Inovação, Integridade, Segurança Jurídica, Sustentabilidade, Transparência e Responsabilização.

A seguir, elencou a proposta, feita pela Justiça do Trabalho e o que foi deliberado pelo CNJ, para as Metas Nacionais para o ano de 2021:

- ✓ Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente – A novidade é a cláusula de barreira estipulada: A meta será considerada cumprida se o percentual de cumprimento for inferior a 100%, mas o tempo médio de duração do processo no órgão judicante for inferior a 365 dias.  
**Proposta aprovada pelo CGE-TRT5 e ratificada pela Presidente do TRT5.**
- ✓ Meta 2 – Julgar, em 2021, 92% dos processos distribuídos até 31/12/2019 - **Proposta aprovada pelo CGE-TRT5 e ratificada pela Presidente do TRT5.**



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região



### Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

- ✓ Meta 3 – Aumentar o índice de conciliação, em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 pp – Cláusula de barreira em 40%. Meta difícil de ser cumprida, em razão do grande número de entes públicos no nosso Estado. **Proposta aprovada pelo CGE-TRT5 e ratificada pela Presidente do TRT5.**
- ✓ Meta 4 – Nova meta de redução da taxa de congestionamento líquida, onde são retirados os processos sobrestados ou suspensos. Márcio Fernando chamou a atenção para a necessária tramitação do sobrestamento e do arquivo provisório, o que não é feito normalmente no nosso Regional. Dra. Dalila propôs ações de capacitação ou uma campanha de comunicação para os servidores da área judiciária, para a correta tramitação processual, bem como um trabalho da Coordenadoria de Execução, para verificação dos processos que estão no Arquivo Geral, aguardando provisoriamente. Dra. Andréa Presas informou que fez um trabalho recente no Posto Avançado do Arquivo Provisório. Dr. André Neves ratificou a falta de travas e de transparência no sistema PJe e informou o trabalho junto aos Magistrados para a necessidade da tramitação, bem como da correção das tramitações equivocadas. Márcio Fernando informou das tratativas, junto com a Corregedoria, para implementar a Inspeção Processual Contínua. Dra. Dalila propôs ainda, agendar o quanto antes, um encontro com os Diretores de Vara, para tratar da questão.
  - Reduzir em 2% a taxa de congestionamento líquida, em relação à média de 2017, 2018 e 2019, da **fase de conhecimento do 1º grau**. Cláusula de barreira: 35%.
  - Reduzir em 2% a taxa de congestionamento líquida, em relação à média de 2017, 2018 e 2019, da **fase de execução do 1º grau**. Cláusula de barreira: 64%.
  - Reduzir em 3% a taxa de congestionamento líquida, em relação à média de 2017, 2018 e 2019, do **2º grau**. Cláusula de barreira: 44%.

**O CGE-TRT5 aprovou a proposta, alterando apenas o percentual de 3 para 2%, no 2º Grau, visando a uniformização, o que foi também ratificado pela Presidente do TRT5.**
- ✓ Meta 5 – Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior. Meta estruturante, para uniformizar os Tribunais. Márcio Fernando lembrou que esta Meta 5 é a atual Meta 10 e que nossa meta local é maior que a proposição em tela. Informou ainda que ano passado fomos o melhor Tribunal, de todos os noventa, em exames periódicos realizados e que, em razão das ações da Coordenadoria de Saúde, neste ano de pandemia, principalmente com a implementação do questionário on-line, já cumprimos com folga a meta nacional imposta. Aproveitou para parabenizar novamente Dra. Márcia e sua equipe. Trouxe ainda o quantitativo de servidores (918, que representa 41,3% do total) e magistrados (55, que representa 26,8% do total) que fizeram o periódico, até o mês de outubro. Dra. Dalila também parabenizou o trabalho efetuado por Dra. Márcia e, buscando estimular uma maior adesão ao questionário, solicitou os dados dos magistrados e servidores que realizaram o periódico, para postar no grupo dos Magistrados do 1º Grau e no do 2º Grau, bem como pediu para intensificar a campanha de comunicação. Márcio Fernando solicitou também a Dra. Márcia, que o excelente diagnóstico do periódico, realizado pela Coordenadoria de



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

Saúde e mostrado em recente reunião do Cstrab, fosse também repassado aos componentes deste Comitê. Proposta aprovada pelo CGE-TRT5 e ratificada pela Presidente do TRT5.

- ✓ Meta 6 – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total. Márcio Fernando ressaltou que somente nos últimos meses, com o projeto Digitaliza, melhoramos bastante nossa posição entre os Regionais Trabalhistas e chegamos a 95,7% de todo nosso acervo já digitalizado. Informou ainda que já temos uma ação em curso, indicando que muito em breve chegaremos a 100% dos processos tramitando no PJe, inclusive o arquivo provisório, eliminando um dos gargalos criados pela pandemia. Dr. Firmo ressaltou a importância de não somente digitalizar os processos, mas também migrá-los para o Pje. Aldemaro sugeriu enviar uma lista dos processos digitalizados para cada Vara, com prazo para diagnosticar. Dr. Firmo sugeriu publicar a listagem no Portal. Dra. Dalila complementou que tal medida implicaria também em ação dos advogados das partes, aumentando a cobrança da migração. Dra. Andréa sugeriu o nome “Migrômetro”. Assim, foi deliberado que a SGE, em conjunto com a Setic, Secom, Projetos Especiais e Cestp elabore um painel no BI, bem como a publicação de um info-gráfico no nosso Portal, dos processos digitalizados, mas que ainda não foram migrados para o PJe. Foi deliberado ainda, que a SGE e Cestp apresentem ao Comitê, a relação dos processos físicos da capital que estão no Arquivo Provisório, para promover uma ação, logo após a digitalização de todo o interior.

**Proposta aprovada pelo CGE-TRT5 e ratificada pela Presidente do TRT5.**

Antes de encerrar sua apresentação, Márcio Fernando parabenizou Dra. Dalila, Dr. Firmo e toda a equipe, pelo Prêmio Innovare na categoria CNJ/Gestão Judiciária com a prática Gestão Judiciária – BI/eCorreição. A prática surgiu da necessidade de aprimorar a gestão judiciária, de forma que apoiasse o gestor com atualização diária e permitisse identificar os gargalos que muitas vezes ocasionam atrasos no andamento processual. O sistema também permite que os trabalhos correicionais possam ser implementados de forma remota e com mais eficiência. Informou ainda da nova ferramenta em desenvolvimento, leCon, que com certeza será também premiada. A seguir passou a palavra à Desembargadora Presidente, que também agradeceu a todos pelo prêmio, enaltecendo a evolução do BI no nosso Regional com o amadurecimento do uso da ferramenta. Sugeriu ainda, que o leCon seja apresentado com um grande lançamento para um maior alcance e finalizou a reunião agradecendo a presença de todos.//

**Márcio Fernando Ribeiro da Silva**  
Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica